Parlamento Europeu
2019-2024

Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros

2023/2115(INI)

14.9.2023

PROJETO DE RELATÓRIO

sobre aspetos de género do aumento do custo de vida e do impacto da crise energética
(2023/2115(INI))

Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros

Relatora: Alice Kuhnke

PR_INI

ÍNDICE

Página

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 3

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....10

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre aspetos de género do aumento do custo de vida e do impacto da crise energética (2023/2115(INI))

O Parlamento Europeu,

– Tendo em conta o artigo 2.º e o artigo 3.º, n.os 1 e 3, do Tratado da União Europeia,

– Tendo em conta os artigos 8.º, 9.º, 10.º, 119.º, 122.º, 127.º, 151.º, 153.º, n.º 2, 156.º, 157.º, 191.º e 194.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

– Tendo em conta a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, nomeadamente as suas disposições sobre os direitos sociais e a igualdade entre homens e mulheres,

– Tendo em conta a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o princípio de «não deixar ninguém para trás» e, em particular, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1, relativo à erradicação da pobreza, o Objetivo 5, relativo à consecução da igualdade de género e à melhoria das condições de vida das mulheres, e o Objetivo 8, que visa alcançar um crescimento económico sustentável,

– Tendo em conta a comunicação da Comissão, de 5 de março de 2020, intitulada «Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025» (COM(2020)0152)[1],

– Tendo em conta a Declaração de Versalhes dos Chefes de Estado ou de Governo, de 11 de março de 2022, e, nomeadamente, o compromisso de «[r]eforçar[mos] a nossa segurança alimentar reduzindo as nossas dependências de produtos e fatores de produção agrícolas essenciais importados, em particular aumentando a produção de proteínas vegetais na UE»,

– Tendo em conta a Diretiva 2009/73/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelece regras comuns para o mercado interno do gás natural e que revoga a Diretiva 2003/55/CE[2],

– Tendo em conta a Diretiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética, que altera as Diretivas 2009/125/CE e 2010/30/UE e revoga as Diretivas 2004/8/CE e 2006/32/CE[3],

– Tendo em conta a Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis[4],

---

[1] https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-equality-strategy_pt.
[2] JO L 211 de 14.8.2009, p. 94.
[3] JO L 315 de 14.11.2012, p. 1.
[4] JO L 328 de 21.12.2018, p. 82.

– Tendo em conta a Diretiva (UE) 2019/944 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho de 2019, relativa a regras comuns para o mercado interno da eletricidade e que altera a Diretiva 2012/27/UE[5],

– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência[6],

– Tendo em conta a Diretiva (UE) 2023/970 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de maio de 2023, para reforçar a aplicação do princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual entre homens e mulheres através de transparência remuneratória e mecanismos que garantam a sua aplicação[7],

– Tendo em conta a sua resolução, de 19 de maio de 2022, sobre as consequências sociais e económicas para a UE da guerra da Rússia contra a Ucrânia: reforçar a capacidade da UE para agir[8],

– Tendo em conta a sua resolução, de 5 de julho de 2022, sobre a pobreza entre as mulheres na Europa[9],

– Tendo em conta o Relatório Especial do Tribunal de Contas Europeu, de 26 de maio de 2021, intitulado «Integração da perspetiva de género no orçamento da UE: é altura de transformar as palavras em ação»[10],

– Tendo em conta a Recomendação (UE) 2020/1563 da Comissão, de 14 de outubro de 2020, sobre a pobreza energética[11],

– Tendo em conta os dados da Agência Internacional de Energia relativos aos preços finais da energia e respetivos impostos[12],

– Tendo em conta o relatório do Fundo Monetário Internacional, de outubro de 2022, intitulado «The Fog of War Clouds the European Outlook» [A nuvem da guerra tolda as perspetivas europeias][13],

– Tendo em conta o estudo de 2022 do Eurostat intitulado «Living conditions in Europe» [Condições de vida na Europa][14],

---

[5] JO L 158 de 14.6.2019, p. 125.
[6] JO L 57 de 18.2.2021, p. 17.
[7] JO L 132 de 17.5.2023, p. 21.
[8] JO C 479 de 16.12.2022, p. 75.
[9] JO C 47 de 7.2.2023, p. 2.
[10] Tribunal de Contas Europeu, «Integração da perspetiva de género no orçamento da UE: é altura de transformar as palavras em ação», https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR21_10/SR_Gender_mainstreaming_PT.pdf.
[11] JO L 357 de 27.10.2020, p. 35.
[12] Agência Internacional da Energia, «End-Use Prices Data Explorer», 28 de abril de 2023, https://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/energy-prices-data-explorer?tab=Overview.
[13] Fundo Monetário Internacional, «The Fog of War Clouds the European Outlook», outubro de 2022, https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/REO/EUR/2022/October/English/text.ashx.
[14] Eurostat, «Living conditions in Europe», 2022, https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Living_conditions_in_Europe.

– Tendo em conta o documento informativo do Eurostat, de 10 de fevereiro de 2022, intitulado «Energy prices on the rise in the euro area in 2021» [Aumento dos preços da energia na área do euro em 2021][15],

– Tendo em conta o relatório da Eurofound, de 28 de outubro de 2022, intitulado «The cost-of-living crisis and energy poverty in the EU: Social impact and policy responses – Background paper» [A crise do custo de vida e a pobreza energética na UE: Impacto social e respostas políticas – Documento de referência][16],

– Tendo em conta os índices de igualdade de género de 2021 e 2022 do Instituto Europeu para a Igualdade de Género[17],

– Tendo em conta o seu inquérito Eurobarómetro do outono de 2022[18],

– Tendo em conta o estudo intitulado «Gender perspective on access to energy in the EU» [Perspetiva de género no acesso à energia na UE], publicado pela sua Direção-Geral das Políticas Internas da União em 18 de dezembro de 2017[19],

– Tendo em conta o briefing intitulado «Gender Aspects of Energy Poverty» [Dimensão de género na pobreza energética], publicado pela sua Direção-Geral das Políticas Internas da União em 1 de março de 2023[20],

– Tendo em conta o estudo intitulado «The Gender Dimension and Impact of the Fit for 55 Package» [A dimensão de género e o impacto do pacote Objetivo 55], publicado pela sua Direção-Geral das Políticas Internas da União em 6 de dezembro de 2022[21],

– Tendo em conta o briefing intitulado «Energy poverty in the EU» [Pobreza energética na UE], publicado pela sua Direção-Geral dos Serviços de Estudos do Parlamento Europeu em 18 de setembro de 2023[22],

---

[15] Eurostat, «Energy prices on the rise in the euro area in 2021», 10 de fevereiro de 2022, https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/edn-20220210-2.
[16] Eurofound, «The cost-of-living crisis and energy poverty in the EU: Social impact and policy responses – Background paper», 28 de outubro de 2022, https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef22077en.pdf.
[17] Instituto Europeu para a Igualdade de Género, «Índice de Igualdade de Género de 2021», https://eige.europa.eu/gender-equality-index/2021 e «Índice de Igualdade de Género de 2022», https://eige.europa.eu/gender-equality-index/2022.
[18] União Europeia, «EP Autumn 2022 Survey: Parlemeter», janeiro de 2023, https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2932.
[19] Estudo – «Gender perspetive on access to energy in the EU», Parlamento Europeu, Direção-Geral das Políticas Internas, Departamento Temático C – Direitos dos Cidadãos e Assuntos Constitucionais, 18 de dezembro de 2017, https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/596816/IPOL_STU(2017)596816_EN.pdf.
[20] Briefing – «Gender Aspects of Energy Poverty», Parlamento Europeu, Direção-Geral das Políticas Internas, Departamento Temático C – Direitos dos Cidadãos e Assuntos Constitucionais, 1 de março de 2023, https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/265960/Briefing_FEMM_IWD_2023_FINAL_EN.pdf.
[21] Estudo – «The Gender Dimension and Impact of the Fit for 55 Package», Parlamento Europeu, Direção-Geral das Políticas Internas da União, Departamento Temático C – Direitos dos Cidadãos e Assuntos Constitucionais, 6 de dezembro de 2023, https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2022/736899/IPOL_STU(2022)736899_EN.pdf.
[22] Briefing – «Energy poverty in the EU», Parlamento Europeu, Direção-Geral dos Serviços de Estudos do Parlamento Europeu, 18 de setembro de 2023, https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/733583/EPRS_BRI(2022)733583_EN.pdf.

– Tendo em conta o parecer da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, de 12 de maio de 2022, sobre a proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à eficiência energética,

– Tendo em conta o relatório da Comissão do Desenvolvimento, de 7 de abril de 2021, sobre o impacto das alterações climáticas nas populações vulneráveis em países em desenvolvimento e o parecer da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros, de 2 de outubro de 2020,

– Tendo em conta a sua resolução, de 10 de fevereiro de 2021, sobre a redução das desigualdades, com especial destaque para a pobreza no trabalho[23],

– Tendo em conta o artigo 54.º do seu Regimento,

– Tendo em conta o relatório da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (A9-0000/2023),

A. Considerando que, desde 2021, a inflação aumentou acentuadamente, impulsionada sobretudo pelos elevados custos da energia e dos alimentos, e exacerbada pela guerra de agressão injustificada contra a Ucrânia; que não se prevê que os salários aumentem tão rapidamente como a inflação, criando assim uma crise do custo de vida; que esta crise ameaça gravemente os meios de subsistência, a saúde, o bem-estar e o acesso das mulheres à habitação, limitando simultaneamente o seu poder de compra e a sua capacidade de prover sustento;

B. Considerando que a Comissão adotou uma série de medidas em março de 2022, na sequência da Declaração de Versalhes, destinadas a apoiar a produção agrícola da Ucrânia, reforçar a resiliência da UE e atenuar o aumento dos preços dos alimentos para os consumidores europeus;

C. Considerando que as mulheres, em toda a sua diversidade, são desproporcionadamente afetadas pelas consequências da crise do custo de vida, uma vez que tendem a estar no segmento mais pobre da população, estão sobrerrepresentadas em empregos precários, têm rendimentos mais baixos em resultado das disparidades salariais e de pensões, e que ainda se espera que realizem a maior parte do trabalho de prestação de cuidados não remunerado, pelo que ficam com menos recursos para se protegerem contra o impacto negativo da crise;

D. Considerando que as alterações climáticas e as catástrofes relacionadas com o clima agravam a crise do custo de vida e o risco de pobreza; que os grupos que já vivem à margem da sociedade são os mais afetados pela volatilidade do sistema energético dos combustíveis fósseis, ao passo que as empresas do setor da energia e do setor alimentar estão a obter lucros recorde;

E. Considerando que a pobreza energética representa um enorme desafio para a UE, uma vez que entre 50 e 125 milhões de pessoas não conseguem suportar o custo de um conforto térmico adequado no interior das suas casas;

[23] JO C 465 de 17.11.2021, p. 62.

F. Considerando que as mulheres, em particular as famílias monoparentais e as que são vítimas de discriminação interseccional por razões de etnia, raça, estatuto migratório, orientação sexual, deficiência ou idade, são mais suscetíveis de cair na pobreza energética; que, portanto, a atual crise do custo de vida agravará a pobreza energética em razão do género na UE;

G. Considerando que são escassos os dados disponíveis e o conhecimento sobre as consequências da pobreza energética para as mulheres na UE; que o Observatório da Pobreza Energética da UE não faculta dados repartidos por género no conjunto de indicadores que disponibiliza ao público; que poucos Estados-Membros adotaram definições e indicadores de pobreza energética, e que estes normalmente não têm em conta o género;

H. Considerando que a Comissão não cumpriu o seu compromisso, estabelecido na Estratégia para a Igualdade de Género, de integrar a perspetiva de género em todas as principais iniciativas da Comissão, incluindo o Pacto Ecológico Europeu e as políticas conexas;

I. Considerando que a Comissão é obrigada a promover a igualdade de género nos termos dos Tratados; que, no entanto, o Tribunal de Contas Europeu considera que a perspetiva de género não foi integrada no orçamento da UE;

J. Considerando que as preocupações em matéria de igualdade de género estão, em grande medida, ausentes dos pilares da transição ecológica e da transformação digital do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o que representa uma oportunidade perdida para integrar eficazmente a igualdade de género nos objetivos climáticos e ambientais;

K. Considerando que não existe uma perspetiva de género nas políticas e medidas dos Estados-Membros e da UE destinadas a combater e atenuar os efeitos da crise do custo de vida; que cerca de dois terços das medidas introduzidas pelos Estados-Membros para atenuar o aumento das taxas de inflação não se destinam a grupos específicos em situações vulneráveis e fornecem apenas soluções a curto prazo, em vez de respostas que contribuirão para uma transição socialmente justa e ecológica;

Feminização da pobreza energética e respostas à crise sensíveis ao género

1. Insta a Comissão a cumprir o compromisso assumido pela presidente Ursula von der Leyen de promover a igualdade de género em todas as políticas; apela a um Pacto Ecológico Europeu e a uma transição justa e socialmente equitativa que funcione para todos, através da criação de uma estratégia interseccional transformadora em termos de género para combater a pobreza energética e do aumento do investimento público em habitação social energeticamente eficiente e a preços acessíveis;

2. Insta os Estados-Membros e a UE a garantirem urgentemente o acesso a alimentos e serviços públicos essenciais a preços acessíveis para os agregados familiares com baixos rendimentos e, em particular, para as pessoas que enfrentam discriminação interseccional; salienta que ninguém deve ter de congelar no pico do inverno ou de sofrer com calor excessivo nos meses de verão e insta os Estados-Membros e a UE a proibirem os cortes de energia;

3. Insta os Estados-Membros a aumentarem o investimento público em políticas que, direta ou indiretamente, visem combater os efeitos negativos da crise do custo de vida nas mulheres em toda a sua diversidade, garantir o acesso a serviços públicos de elevada qualidade no domínio dos cuidados, da educação, da habitação e da saúde, inclusive da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, e proteger as vítimas de violência de género;

4. Insta a Comissão a avaliar e propor, se for caso disso, novos atos legislativos para combater a financeirização dos mercados da habitação e impedir que os especuladores tornem incomportáveis os custos da habitação;

5. Salienta que o acesso à eletricidade é fundamental para reduzir a pobreza e garantir uma participação plena e equitativa na sociedade; insta a UE e os Estados-Membros a reconhecerem o direito à energia;

6. Insta a Direção-Geral da Energia da Comissão a elaborar um plano de ação em matéria de igualdade de género que garanta que toda a legislação da UE no domínio da energia, incluindo o direito à partilha de energia a que se refere a Diretiva (UE) 2018/2001, integre a dimensão de género e preveja medidas e fundos específicos para combater a feminização da pobreza energética;

7. Insta a Comissão e os Estados-Membros a assegurarem a inclusão da perspetiva de género e da dimensão interseccional em todos os regimes de eficiência energética e de eletricidade renovável, a fim de apoiar os cidadãos mais afetados pela pobreza energética;

8. Insta a Comissão e os Estados-Membros a solicitarem ao Eurostat dados repartidos por género sobre a pobreza energética; solicita, neste contexto, ao Observatório da Pobreza Energética da UE que utilize esses dados para criar e selecionar indicadores específicos de género que permitam o desenvolvimento de políticas baseadas em dados concretos nesse domínio, em consulta com o Instituto Europeu para a Igualdade de Género, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia e a Agência Europeia do Ambiente;

9. Insta a Comissão a exigir que os Estados-Membros realizem avaliações de impacto em função do género no âmbito dos planos nacionais em matéria de energia e clima, nomeadamente aquando da comunicação de informações sobre a pobreza energética;

Rumo a uma transição ecológica inclusiva em termos de género

10. Recorda que a transição ecológica é necessária para evitar crises futuras graves e o aumento da pobreza; que, além disso, a transição ecológica só será socialmente equitativa se incluir uma perspetiva de género e garantir a igualdade de oportunidades para as mulheres e para as pessoas vítimas de discriminação interseccional; insta, por conseguinte, a Comissão a nomear um coordenador da UE para as questões de género e o clima, dotado de pessoal e financiamento suficiente, e a introduzir avaliações de impacto em função do género em todos os atos legislativos e políticas da UE, em particular nas iniciativas do Pacto Ecológico Europeu;

11. Salienta que as mulheres têm um papel estratégico a desempenhar na transição ecológica, uma vez que são intervenientes fundamentais no desenvolvimento de padrões

de consumo e produção sustentáveis e ecológicos, bem como nas empresas e na elaboração de políticas;

12. Lamenta que as mulheres estejam significativamente sub-representadas nos principais cargos de elaboração de políticas em matéria de alterações climáticas e ambiente e insta a UE e os Estados-Membros a assegurarem uma representação equitativa e diversificada nos cargos de decisão das instituições da UE, dos organismos governamentais e das autoridades públicas a todos os níveis de governação;

13. Insta a Comissão a reduzir as disparidades de género no setor da energia e a assegurar que as mulheres tenham igualdade de acesso a cursos de formação sobre eficiência energética e a oportunidades de emprego emergentes no setor da energia;

14. Insta a Comissão e o Conselho a comprometerem-se com a orçamentação sensível ao género e a assegurarem a sua aplicação a todo o orçamento da UE e a plena aplicação das recomendações do Tribunal de Contas Europeu, nomeadamente na revisão intercalar do atual quadro financeiro plurianual e na execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência;

°

° °

15. Encarrega a sua presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho e à Comissão.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O custo de vida e a crise energética: as mulheres são as mais afetadas

A Europa atravessa atualmente uma crise energética e de custo de vida quase sem precedentes na história recente. Em todo o continente, as pessoas estão a ter dificuldades em fazer face às despesas e a ter de escolher entre comida ou aquecimento.

No início de 2022, após a pandemia de COVID-19, a União Europeia estava determinada a «trabalhar, [...] tornar a Europa mais ecológica, mais digital e mais resiliente»[1]. No entanto, em 24 de fevereiro, a Rússia invadiu a Ucrânia.

Para além do enorme sofrimento humano causado pela guerra da Rússia contra a Ucrânia e o seu povo, a guerra teve um grande impacto nas cadeias de abastecimento, provocando o aumento dos preços da energia e dos alimentos e a subida vertiginosa da inflação. Em 2022, as taxas de inflação levaram o Banco Central Europeu a aumentar as taxas de juro pela primeira vez em 11 anos.

Infelizmente, o aumento da inflação ocorreu antes de os grupos sociais mais vulneráveis poderem recuperar da pandemia de COVID-19, o que agravou ainda mais as condições de vida de muitos cidadãos europeus.

Milhões de agregados familiares necessitam agora de ajuda devido a este aumento do custo de vida e ao aumento dos preços da energia. No entanto, se olharmos para a realidade dos números, a pobreza tem um rosto feminino.

As mulheres de toda a Europa enfrentam mais desafios socioeconómicos e níveis de pobreza mais elevados do que os homens. De um modo geral, as mulheres têm empregos mais precários, os seus salários são mais baixos e a probabilidade de se dedicarem ao cuidado não remunerado de crianças é maior. No que diz respeito ao acesso à educação, aos cuidados de saúde, ao emprego e aos serviços sociais, alguns grupos de mulheres enfrentam formas cruzadas de discriminação. Entre estas contam-se as mulheres com mais de 65 anos, as mulheres com deficiência e as mulheres pertencentes a minorias étnicas.

Desde a COVID-19, as desigualdades entre homens e mulheres aumentaram e a atual crise do custo de vida afeta desproporcionadamente as mulheres devido ao seu rendimento médio mais baixo, à pobreza e ineficiência habitacional e à dependência de prestações sociais. Em 2021, antes da crise, o número de mulheres que viviam abaixo do limiar de pobreza na UE excedia o dos homens em mais de 20 milhões. Se o atual ritmo de progresso se mantiver, serão necessários pelos menos 60 anos para a UE alcançar a igualdade de género[2].

Ursula von der Leyen prometeu não deixar ninguém para trás, mas esqueceu-se do Pacto Ecológico

Sabemos que as mulheres correm um maior risco de cair na pobreza energética, ou seja, de não ter acesso a recursos energéticos a preços acessíveis. O problema é um desafio

[1] https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/recovery-plan-europe_pt
[2] https://sdgwatcheurope.org/cost-of-living-crisis-exacerbates-poverty-for-women-in-europe/

reconhecido ao nível da UE. De acordo com a Comissão Europeia, a pobreza energética é um problema generalizado em toda a Europa, uma vez que entre 50 e 125 milhões de pessoas não conseguem suportar o custo de um conforto térmico adequado no interior das suas casas.

No entanto, são raros os dados disponíveis sobre o impacto da pobreza energética em homens e mulheres na UE. Poucos Estados-Membros adotaram definições e indicadores de pobreza energética, e normalmente não têm em conta o género.

Já em 2016, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre o acesso à energia, apelando à integração da dimensão de género em todas as políticas energéticas. Infelizmente, apesar dos numerosos apelos do Parlamento Europeu e da promessa da presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, de que o Pacto Ecológico Europeu não deixaria «ninguém para trás», os progressos foram escassos.

Apesar do compromisso da atual Comissão de integrar a perspetiva de género em todas as suas principais iniciativas, as ligações entre a igualdade de género e os domínios de intervenção do Pacto Ecológico Europeu, bem como no Mecanismo de Recuperação e Resiliência, são inadequadas.

Na prática, o que a Comissão Europeia apresentou até à data sobre o Pacto Ecológico pode ser descrito como uma transição ecológica financiada pela UE que não tem em conta a igualdade de género e ameaça aumentar as desigualdades existentes quer de género quer cruzadas.

O Relatório Especial 10/2021 do Tribunal de Contas Europeu intitulado «Integração da perspetiva de género no orçamento da UE: é altura de transformar as palavras em ação» confirma igualmente que a Comissão não está a respeitar a sua obrigação decorrente dos tratados de promover a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios da elaboração e execução de políticas. O relatório conclui que, na elaboração de políticas, faltam frequentemente indicadores e dados repartidos por género, o que dificulta a análise da integração da perspetiva de género[3]. Consequentemente, as iniciativas do Pacto Ecológico e o Mecanismo de Recuperação e Resiliência não garantem a igualdade de género.

Além disso, o Índice de Igualdade de Género de 2023 do EIGE, relativo à igualdade de género e ao Pacto Ecológico Europeu, destaca também a falta de dados de elevada qualidade e afirma que os indicadores atuais não são adequados à sua finalidade. Com demasiada frequência, os dados não são repartidos por género e os indicadores não são responsivos à dimensão de género. Por conseguinte, as estatísticas da UE disponíveis não medem as questões pertinentes de uma perspetiva de género interseccional.

A falta de dados concretos constitui um desafio fundamental para a Comissão, se esta quiser seriamente honrar o seu compromisso de «não deixar ninguém para trás». É necessário dispor de factos cruzados para integrar com êxito as diversas necessidades e preocupações tanto das mulheres como dos homens nas políticas de concretização do Pacto Ecológico Europeu. Este é um requisito indispensável para assegurar a igualdade de acesso ao financiamento historicamente sem precedentes e às grandes oportunidades que a transição ecológica oferece.

O Pacto Ecológico deve dar prioridade à equidade social para combater a pobreza em razão do género

[3] https://www.eca.europa.eu/pt/publications?did=58678

A Europa está novamente em modo de emergência, enfrentando uma importante crise energética devido à nossa dependência dos combustíveis fósseis e à volatilidade do mercado da energia.

Os aspetos sociais do Pacto Ecológico Europeu e das nossas políticas energéticas são cruciais para cumprir as metas climáticas da UE e atenuar os impactos socioeconómicos da guerra da Rússia contra a Ucrânia.

Atualmente, os cidadãos mais vulneráveis da UE estão a pagar o preço da volatilidade do nosso sistema energético dependente de combustíveis fósseis. A pobreza tem um rosto feminino e, já em 2021, antes da atual crise, o número de mulheres que viviam abaixo do limiar de pobreza na UE excedia o dos homens em mais de 20 milhões.

O Parlamento Europeu fez várias declarações contundentes sobre a igualdade de género e a transição energética. Na sua resolução de 17 de fevereiro de 2022, o Parlamento reconheceu que as mulheres continuam a enfrentar obstáculos estruturais e culturais à participação em todos os aspetos da transição energética e climática[4].

Os problemas estruturais exigem soluções estruturais. Por conseguinte, o cruzamento de dados e uma abordagem responsiva à dimensão de género devem refletir-se na elaboração de políticas da UE para combater o aumento da pobreza em razão do género. A aplicação do Pacto Ecológico Europeu constitui uma oportunidade para cumprir o compromisso de integrar a abordagem de género e uma perspetiva interseccional em todas as atividades da UE, incluindo no processo de orçamentação da UE.

O relatório apresenta várias medidas para combater o aumento da pobreza em razão do género e reitera os inúmeros apelos do Parlamento Europeu à Comissão para que cumpra a sua promessa de assegurar uma transição para a energia verde que funcione para todos.

Em conclusão, assegurar a equidade social da transição ecológica é um pré-requisito indispensável para o êxito do Pacto Ecológico e para alcançar a igualdade de género na União Europeia.

[4] https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-02-17_PT.html